CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 13/71

Aprovado em 18/ 1 /1971

Propõe medidas para os cursos de Licenciatura de 1º ciclo, nos Institutos Isolados de Ensino Superior, vinculados ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

PROCESSO CEE- N° 1.042/70.

INTERESSADO - FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE BRAGANÇA PAULISTA.
CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR.

RELATORA - Conselheira AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO.

1. RELATÓRIO

O Sr. Diretor da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista vem expor a este Conselho suas preocupações no que diz respeito aos cursos de licenciatura para 1º ciclo - Ciências, Letras e Estudos Sociais - que a Faculdade mantém.

Seus alunos sentem-se desfavorecidos, segundo o Sr. Diretor, porque:

- "a - formando-se para o 12 ciclo e não havendo concurso para ingresso dentro da qualificação que obtém, correm o risco de serem preteridos sempre que devam concorrer com os qualificados para o 2º ciclo;
- b - a disciplina Estudos Sociais não existe na quase totalidade dos estabelecimentos de ensino do Estado, em 1º ciclo;
- c - do exposto decorre natural frustração pelo tempo, trabalho e dinheiro expendidos em sua formação".

Sugere o Sr. Diretor, após manifestar sua confiança neste Conselho, o seguinte:

- "1º - instituição de concurso para o 1º ciclo;
- 2º - instalação do 4º ano para os alunos que desejarem prosseguir nos estudos e assegurar carreira profissional;

3º - convênio com outra escola de quatro anos que aceite receber nossos alunos, depois que terminem aqui seu terceiro ano com licenciatura de 1º ciclo, credenciando-a para 2º Ciclo".

2. APRECIÇÃO:

2.1. Entendemos que o assunto do protocolado é de "manifesta oportunidade". Isso porque temos verificado que os direitos e limitações dos cursos de licenciatura de 1º ciclo, são inicialmente desconhecidos pelos próprios interessados. Ora supõem-se frustrados por não ter acesso ao ensino em segundo ciclo, ora acreditam-se mais limitados do que são.

Por outro lado, quando da realização do último Concurso de Ingresso ao Magistério do Ensino Médio Oficial do Estado de São Paulo, verificaram-se obstáculos à inscrição de licenciados nesses cursos, desenvolvendo-se, a partir daí, o clima de frustração e preocupação manifestados pelo Sr. Diretor da Faculdade de Bragança Paulista.

2.2. Os cursos de licenciatura "curta" visaram quando instituídos pelo C.F.E. por Indicação do Cons. Newton Sucupira "treinar o maior número de professores com o mínimo de habilitação necessária e no menor tempo possível" (Documenta 31, pag. 107 e ss). Vieram atender à expansão do ciclo ginásial da escola média, formando professores habilitados a ministrar mais de uma disciplina e portanto, modo "polivalentes".

A nosso ver esses cursos, especialmente úteis nas regiões do país em que escasseiam os de licenciatura "completa", tem atualmente especial interesse, diante do projeto da integração entre ginásio e escola primária, constituindo escola fundamental contínua e obrigatória.

Para os que neles obtém licenciatura o campo de trabalho se amplia diante da acelerada expansão do primeiro ciclo da escola média, na qual poderão ensinar simultaneamente mais de uma disciplina. Os licenciados em Estudos Sociais têm direito ao ensino de: Histeria, Geografia, Organização Social e Política do Brasil e Estudos Sociais. Os licenciados em Letras, conforme o currículo seguido lecionarão Português e Literatura de Língua Portuguesa, Português e uma língua estrangeira moderna ou Português e Latim. E os licenciados em Ciências, podem ensinar: Iniciação às Ciências Físicas e Biológicas e Matemática.

2.3. Esses cursos tem limitações: formam o professor para o primeiro ciclo da escola média (o atual "ginásio") permitindo-lhe, apenas quando não houver número suficiente de professores com licenciatura completa, lecionar o segundo ciclo, mediante "autorização especial do órgão próprio do MEC".

Também não habilitam ao exercício do magistério em nível superior.

O Parecer CFE 27/67 do Cons. Valnir Chagas, já cogitava, entretanto de sua articulação com os cursos de licenciatura completa, em termos de complementação curricular, Acreditamos que essa medida veio a encontrar seu pleno apoio no disposto no art. 25 e §§ da Lei nº 5.540/68. Prevendo a organização de cursos profissionais de curta duração, o segundo parágrafo do artigo diz:

"2º - Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos dos ciclos "básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos".

É assim que, o licenciado em cursos "curtos", poderá vir a complementar estudos, em instituições que regulamentem o assunto. Não estarão para sempre limitados em seu campo de trabalho.

CONCLUSÃO:

Respondendo, pois, às justas preocupações do Senhor Diretor da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista, propomos que esta câmara:

- 1º) Encaminhe à Secretaria da Educação solicitação no sentido de que em futuros concursos para o magistério oficial do Estado, ou para fins de contrato em escolas médias, tenham os formados em licenciatura de 1º ciclo, oportunidades de trabalho reconhecidos os direitos que lhes são outorgados pela legislação federal.
- 2º) Informe aos Institutos Isolados Estaduais e Municipais que seus regimentos, mediante aprovação deste Conselho, poderão incluir disposições relativas à matrícula, em cursos de licenciatura completa, de graduados em nível de primeiro ciclo, mediante processo de adaptação, e nos termos do Art, 23, § 2º da Lei 5.540.
- 3º) Sugira às Faculdades que mantêm cursos de licenciatura de 1º ciclo, que divulguem amplamente, entre seus alunos, os direitos que lhes assistem e as limitações inerentes a esses cursos.

finalmente, queremos deixar claro que os desentendimentos em torno do assunto arriscam que se ponha a perder todo o investimento já realizado para a formação de licenciados para o magistério em primeiro ciclo, o que inclui, como disse o Sr. Diretor de Bragança Paulista "tempo, trabalho e dinheiro". Cumpre-nos, pois, impedir que isso aconteça.

Sala das Sessões da CES, em 21 de dezembro de 1970.

(aa) Conselheiro LAERTE RAMOS DE CARVALHO - Presidente
Conselheira AMÉLIA AMERICANO DOMINGUES DE CASTRO
-Relatora

Conselheiro Pe. ALDEMAR MOREIRA

Conselheiro LUIZ CANTANHEDE FILHO

Conselheiro WALTER BORZANI

Conselheiro JESUS MARDEN DOS SANTOS

Conselheiro MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES

Conselheiro SEBASTIÃO H. DA CUNHA PONTES